



Casa do Povo de Abela

Anexo às DF's

22 de março de 2024

Índice

Balanço

Demonstração de Resultados por natureza

Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais

1	Identificação da Entidade	7
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3	Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1	Bases de Apresentação e Mensuração	8
3.2	Alterações nas políticas contabilísticas	9
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas.....	9
3.4	Correção de erros de períodos anteriores.....	9
4	Activos Fixos Tangíveis.....	13
5	Custos de Empréstimos Obtidos.....	14
6	Inventários	14
7	Rendimentos e ganhos	15
8	Subsídios do Governo e outras entidades públicas	16
9	Instrumentos financeiros.....	16
10	Benefícios dos empregados.....	16
11	Acontecimentos após a data de balanço.....	18
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
13	Outras Informações	18
13.1	Investimentos financeiros.....	19
13.3	Caixa e Depósitos Bancários	19
13.4	Estado e Outros Entes Públicos	19
13.5	Fornecimentos e Serviços Externos	20
13.6	Outros Rendimentos e Ganhos	20
13.7	Outros Gastos e Perdas.....	20
13.8	Resultados financeiros	21

Balanço

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2023 (1)	31/12/2022 (2)
ACTIVO:			
Activo não corrente:	4	1.013.303,70	1.115.244,13
Activos fixos tangíveis			
Investimentos financeiros	13.1	4.159,18	4.139,18
		1.017.462,88	1.119.383,31
Activo corrente:			
Inventários	6	14.613,06	15.606,78
Créditos a receber	9.1	3.425,64	17.595,38
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros			
Outras contas a receber	9.1	69.082,72	24.146,52
Diferimentos	13.2	4.775,04	2.975,83
Outros activos correntes			
Caixa e depósitos bancários	13.3	17.547,67	25.382,85
		109.444,13	85.707,36
Total do Activo		1.126.907,01	1.205.090,67
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos		47.702,94	47.702,94
Resultados transitados		(408.689,40)	(299.481,85)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	307.720,48	338.631,71
Resultado líquido do período		(20.585,72)	(100.308,38)
Total do fundo de capital		(73.851,70)	(13.455,58)
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	5	698.240,77	830.680,29
		698.240,77	830.680,29
Passivo corrente:			
Fornecedores	9.2	85.239,90	64.511,00
Estado e outros entes públicos	13.4	175.987,46	66.630,14
Financiamentos obtidos	5	102.441,93	102.441,93
Outros passivos correntes	9.2	129.831,54	145.265,78
Diferimentos		9.017,11	9.017,11
Outros passivos financeiros			
		502.517,94	387.865,96
Total do Passivo		1.200.758,71	1.218.546,25
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.126.907,01	1.205.090,67

Demonstração de Resultados por natureza

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2023 (Re-expresso) (1)	31/12/2022 (Re-expresso) (2)
Verbas e serviços prestados	7	1.074.043,41	1.020.050,38
Subsídios à exploração	8	25.788,40	29.555,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(188.994,76)	(188.142,71)
Fornecimentos e serviços externos	13.5	(145.831,61)	(168.110,33)
Gastos com o pessoal	10	(724.381,47)	(762.029,51)
Outros rendimentos	13.6	88.238,94	103.421,35
Outros gastos	13.7	(850,56)	(2.398,09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		128.012,35	32.346,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(101.940,43)	(104.282,12)
Imparidade de investimentos depreciaáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		26.071,92	(71.935,62)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	13.8	(46.657,64)	(28.372,76)
Resultado antes de impostos (EBT)		(20.585,72)	(100.308,38)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(20.585,72)	(100.308,38)

Demonstração de Fluxos de caixa

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2023 (1)	31/12/2022 (2)
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		603.006,67	654.184,15
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		(356.671,97)	(323.402,37)
Pagamentos ao pessoal		(324.922,16)	(665.434,45)
Caixa gerada pelas operações		<u>(78.587,46)</u>	<u>(334.652,67)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		247.078,55	254.305,29
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>168.491,09</u>	<u>(70.347,38)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(448,65)	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		6.090,15	3.659,30
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>5.641,50</u>	<u>3.659,30</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(132.439,52)	(9.502,89)
Juros e gastos similares		(27.809,41)	(816,87)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			(23,56)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>(160.248,93)</u>	<u>(10.343,32)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>13.883,66</u>	<u>(77.031,40)</u>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		25.382,85	102.414,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>17.547,67</u>	<u>25.382,85</u>

Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais

Rubricas	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO EM 01-01-2022	1	47.702,94	(179.284,61)	374.010,35	(120.191,24)	122.237,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.13		(120.191,24)	(35.378,64)	120.191,24	
	2		(120.191,24)	(35.378,64)	120.191,24	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(100.308,38)	(100.308,38)
RESULTADO EXTERNSIVO	4=2+3					
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações	5					
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2022	6=1+2+3+5	47.702,94	(299.481,85)	338.631,71	(100.308,38)	(13.455,58)
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.13		(109.207,55)	(30.911,23)	100.308,38	
	7		(109.207,55)	(30.911,23)	100.308,38	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(20.585,72)	(20.585,72)
RESULTADO EXTERNSIVO	9=7+8					
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações	10					
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2023	11=6+7+8+10	47.702,94	(408.689,40)	307.720,48	(20.585,72)	(73.851,70)

1 Identificação da Entidade

A Casa do Povo de Abela, com o número de identificação de pessoa coletiva 500919887 tem a sua sede na Rua Dr. Francisco Costa, nº 10, em Abela.

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado e de utilidade pública. Com estatutos publicados no Diário da República nº 172, III Série, de 27/07/1994, legalmente equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) conforme Decreto Lei 171/98, de 25 de Junho, e declaração da Direção Geral da Solidariedade e Segurança Social.

Tem como finalidade desenvolver atividades de carácter social, cultural, desportivo e recreativo, exercendo como atividade principal o apoio social a idosos com e sem alojamento e como atividade secundária outras atividades de apoio social.

Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos do Art.10º do CIRC.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, no quadro das disposições legais em vigor; e que se encontram consignadas para entidades do sector não lucrativo (ESNL) no Aviso 8258/2015 de 29 de Julho, e na Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho e na Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as NCRF e Normas Interpretativas (NI); as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC/IFRIC.

Não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL.

Todos os conteúdos das demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases Gerais de Apresentação e Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua

apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

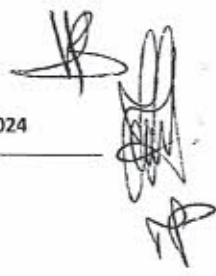
Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 4 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.2 Inventários

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e que estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registradas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registradas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis ou a curto prazo sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registradas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de Investimentos são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os encargos financeiros não capitalizados são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas

Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considerou a CNC (através da FAQ N39 aprovada em 24/11/2023) que:

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), **está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72)**, devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;
- b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), **está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75)**

Verificou-se portanto uma alteração contabilística na contabilização do rédito.

3.4 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas

3.5 Correção de erros de períodos anteriores

Não foram detetados quaisquer erros materiais com impacto nas demonstrações financeiras do período ou em períodos anteriores.

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activo Bruto									
	Saldo em 1/1/2022	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2022	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	589,21				589,21				589,21
Edifícios e outras construções	2.141.913,00				2.141.913,00				2.141.913,00
Equipamento básico	165.447,21	10.942,08			176.389,29				176.389,29
Equipamento de transporte	85.394,07				85.394,07				85.394,07
Equipamento administrativo	72.745,34	773,17			73.518,51				73.518,51
Activos fixos tangíveis em curso	-				-				-
Outros activos fixos tangíveis	2.211,06				2.211,06				2.211,06
	<u>2.466.061,29</u>	<u>11.715,25</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.480.015,14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.480.015,14</u>
Depreciações Acumuladas									
	Saldo em 1/1/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	-				-				-
Edifícios e outras construções	948.900,13	99.284,19			1.048.184,32	98.587,67			1.146.771,99
Equipamento básico	154.538,78	4.147,41		2.729,13	155.957,06	3.095,06			159.052,12
Equipamento de transporte	85.394,10				85.394,10				85.394,10
Equipamento administrativo	72.092,29	850,52			72.942,81	257,70			73.200,51
Outros activos fixos tangíveis	2.292,72				2.292,72				2.292,72
	<u>1.263.218,02</u>	<u>104.282,12</u>	<u>-</u>	<u>2.729,13</u>	<u>1.364.771,01</u>	<u>101.940,43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.466.711,44</u>
Activo Líquido					<u>1.115.244,13</u>				<u>1.019.303,70</u>

Gastos com Depreciações

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Activos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	99.284,19	98.587,67
Equipamento básico	4.147,41	3.095,06
Equipamento de transporte	-	-
Equipamento administrativo	850,52	257,70
	<u>104.282,12</u>	<u>101.940,43</u>

Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

À data de 31 de dezembro de 2023 a rubrica “Edifícios e outras construções” inclui a quantia escriturada de 99.461,39€ referente aos edifícios do Centro de Dia, Sede Social e Bairro de Renda Económica, dados como garantia de empréstimos bancários da entidade.

A 31 de Dezembro de 2023 não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

5 Custos de Empréstimos Obtidos

No exercício de 2023, os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos foram reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

O detalhe da rubrica “Empréstimos obtidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2023 é conforme se segue:

Empréstimos e Descobertos Bancários

	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	830.680,29	698.240,77
	<u>830.680,29</u>	<u>698.240,77</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários	102.441,93	102.441,93
Contas Correntes Caucionadas		
	<u>102.441,93</u>	<u>102.441,93</u>
	<u>933.122,22</u>	<u>800.682,70</u>

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Prazo de Reembolso dos Empréstimos

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos Bancários	800.682,70	102.441,93	409.767,72	288.473,05
Contas Correntes Cauçionadas				
	800.682,70	102.441,93	409.767,72	288.473,05

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários							
	Inventário em 01/01/2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2023
Matérias primas e consumíveis	16.779,24	186.970,25		15.606,78	188.001,04		14.613,06
Produtos acabados				-			-
...				-			-
	16.779,24	186.970,25	-	15.606,78	188.001,04	-	14.613,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				188.142,71			188.994,76
Variações nos inventários da produção				-			-

7 Rendimentos e Ganhos

No seguimento da FAQ da CNC N39 (Nota 3.3 do Anexo), as IPSS deverão registar as participações financeiras do Estado decorrentes dos acordos de cooperação na conta 72 – Prestação de Serviços, quando até então eram registadas na conta 75 – Subsídios à Exploração.

Os montantes destas rubricas foram re-expressas nos anos de 2022 e 2023:

	Réditos							
	2022				2023			
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo
Prestação de serviços	1.008.386,49	1.008.386,49	-	-	1.066.419,99	1.066.419,99	-	-
Mensalidades de utentes	621.010,13	621.010,13			692.800,99	692.800,99		
Quotizações e jolas	1.691,50	1.691,50			2.269,50	2.269,50		
Acordos de cooperação - participações financeiras do Estado	385.684,86	385.684,86			371.349,50	371.349,50		
Proveitos suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-
Proveitos suplementares								
Outros proveitos operacionais	11.663,89	11.663,89	-	-	7.623,42	7.623,42	-	-
Outros prov. Operacionais	11.663,89	11.663,89			7.623,42	7.623,42		
	1.020.050,38	1.020.050,38	-	-	1.074.043,41	1.074.043,41	-	-

A rubrica "Outros proveitos operacionais" refere-se ao reembolso das senhas de refeição e receitas do bar.

8 Subsídios do Governo e outras entidades públicas

No seguimento da FAQ da CNC N39 (Nota 3.3 do Anexo), as IPSS deverão registar as comparticipações financeiras do Estado decorrentes dos acordos de cooperação na conta 72 – Prestação de Serviços, quando até então eram registadas na conta 75 – Subsídios à Exploração.

Os montantes destas rubricas foram re-expressas nos anos de 2022 e 2023.

A 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de subsídios do Governo:

	Subsídios						
	Valor atribuído	Balço		Demonstração de resultados			
		Capital próprio		Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
		2022	2023	2022	2023	2022	2023
Subsídios relacionados com activos	666.133,00	373.698,35	307.580,48	35.198,64	30.911,23	-	-
FSE - Fundo Socorro Social	6.000,00	2.400,00	2.100,00	300,00	-	-	-
Programa PARES	625.133,00	350.290,27	287.980,40	33.148,64	29.161,23	-	-
Junta de Freguesia Abela - Lar	5.000,00	3.008,08	2.500,08	250,00	250,00	-	-
Câm. Munic. Sant Cacém - água	30.000,00	18.000,00	15.000,00	1.500,00	1.500,00	-	-
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	29.555,41	25.788,40
SS IP - Acordos Cooperação Social	-	-	-	-	-	-	-
SS IP - Apoios COVID	-	-	-	-	-	88,72	-
SS IP - Adaptar Social +	-	-	-	-	-	-	-
Autarquias - Protocolo refeiq. escolares	-	-	-	-	-	23.055,55	14.616,65
EFPI, IP	-	-	-	-	-	5.683,14	11.171,75
APMEI -Aumento do SMMN	-	-	-	-	-	728,00	-
	666.133,00	373.698,35	307.580,48	35.198,64	30.911,23	29.555,41	25.788,40

9 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade são os seguintes: clientes, contas a receber;

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo são os seguintes: fornecedores, contas a pagar e empréstimos bancários.

9.1 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, estas rubricas são detalhadas conforme se segue:

Créditos a receber

	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Cientes Correntes						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	15.164,51	8.444,10			15.164,51	8.444,10
De 180 a 360 dias	2.430,87	-			2.430,87	-
Mais de 360 dias						
	<u>17.595,38</u>	<u>8.444,10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.595,38</u>	<u>8.444,10</u>

Outras Contas a Receber

	2022	2023
Fornecedores (saldos contrários)		3.495,48
Adiant. a fornecedores		
Outros Devedores	24.146,52	60.811,77
IEFP, IP	8.899,17	-
ISS, IP - Retenções acordos cooperação	15.247,35	60.811,77
	<u>24.146,52</u>	<u>64.307,25</u>

9.2 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

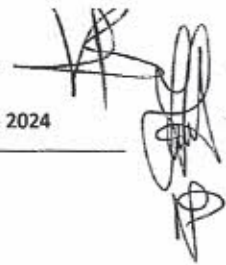
Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2023, estas rubricas são detalhadas conforme se segue:

Fornecedores

	2022	2023
Fornecedores, Conta Corrente	64.511,00	85.282,95
Fornecedores, títulos a pagar		
	<u>64.511,00</u>	<u>85.282,95</u>

Outras Contas a Pagar

	2022	2023
Corrente		
Pessoal		30.876,25
Fornecedores de investimentos	2.818,76	
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	87.806,40	87.262,15
Juros a liquidar		
Outros acréscimos de gastos	7.324,06	
Outros Credores	47.316,56	28.367,53
Utentes - C/C Coife	30.041,40	27.096,92
Medicamentos utentes - C/C	14.556,91	
Outros	2.718,25	760,61
	<u>145.265,78</u>	<u>146.505,93</u>



10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2023 foram, em ambos os períodos de 11 membros efetivos e 6 suplentes.

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações pelo exercício das suas funções, nem existem quaisquer créditos concedidos ou outro tipo de compromissos assumidos com os mesmos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 e em 31/12/2023 foi de 56.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários é assim detalhado:

Gastos com o Pessoal

	2022	2023
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	652.845,51	583.402,71
Encargos sobre Remunerações	132.461,04	129.969,66
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	9.687,87	9.037,73
Outros gastos com Pessoal	5.683,26	1.971,37
	800.677,68	724.381,47

11 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social não se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos financeiros

A rubrica "Investimentos Financeiros" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2023
Títulos capital - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul	1.050,00 €	1.070,00 €
Fundo de Compensação do Trabalho	3.089,18 €	3.089,18 €
Total	4.139,18 €	4.159,18 €

13.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos Activos

	2022	2023
Diferimento de gastos		
Seguros	340,05	1.930,47
Outros custos diferidos	2.635,78	2.844,57
	2.975,83	4.775,04

13.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos Bancários

	2022	2023
Depósitos bancários à Ordem	5.034,47	33.885,49
Depósitos bancários a Prazo		
Caixa	20.348,38	5.381,02
	25.382,85	39.266,51

13.4 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica "Estado e outros entes públicos" desdobra-se da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

	2022	2023
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar		
Retenção imposto s/ rend.	5.378,02	23.465,60
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	61.252,12	157.766,68
	66.630,14	181.232,28

13.5 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição da rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" nos exercícios de 2022 e 2023, foi a seguinte:

Descrição	2022	2023
Serviços especializados	80.569,60 €	70.310,27 €
Materiais	4.350,77 €	2.588,78 €
Energia e fluidos	73.963,10 €	63.460,89 €
Deslocações, Estadas e transportes	- €	34,25 €
Serviços Diversos	10.701,40 €	9.437,42 €
	169.584,87 €	145.831,61 €

13.6 Outros Rendimentos

A repartição da rubrica "Outros Rendimentos" nos exercícios de 2022 e 2023, foi a seguinte:

Descrição	2022	2023
Festas / Actividades angariação fundos	15.000,04 €	965,08 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros (Rendas)	9.161,90 €	7.767,90 €
Outros	24.841,59 €	14.037,73 €
Imputação subsídios investimento	35.198,64 €	30.911,23 €
Doativos	31.274,64 €	34.557,00 €
	115.476,81 €	88.238,94 €

13.7 Outros Gastos

A rubrica "Outros Gastos e Perdas" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2023
Impostos e taxas	771,08 €	337,50 €
Correções exercícios anteriores	5.205,61 €	- €
Dívidas incobráveis	- €	- €
Outros	773,66 €	513,06 €
	6.750,35 €	850,56 €

13.8 Resultados financeiros

Os resultados financeiros reconhecidos nos exercícios de 2022 e 2023 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Gastos e Perdas de Financiamento		
Juros de Financiamentos obtidos	26.860,52 €	45.199,10 €
Outros gastos e Perdas - Relat. Financ. obtidos	1.517,24 €	1.458,54 €
	28.377,76 €	46.657,64 €

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Contabilista Certificado

Assinado por: **Elina Alexandra Sabina Costa Pereira**

Num. de Identificação: 10149041

Data: 2024-04-15 17:12:06+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 86188.**



CHAVE MÓVEL
•••••

A Direcção

Maria de Jesus Peneira Gamito

Casa do Povo de Abela

Parecer do Conselho Fiscal

Caríssimos Sócios,

O relatório de contas que apresentado reflete as dificuldades porque passa o sector social no nosso país e o constante suborçamentação por parte do Estado.

Por um lado e por via, dos Acordos Colectivos de Trabalho e pelo Orçamento de Estado de 2023 fomos obrigados a rever as tabelas salariais dos nossos colaboradores, em contrapartida a racionalização do número de pessoas afectas à nossa instituição permitiu uma redução significativa dos custos com o pessoal.

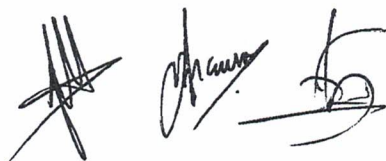
No entanto mesmo com a redução de custos com o pessoal verificada no valor de 37.648,04€, com a redução dos FSE's no valor de 22.278,72€, os resultados líquidos no período foram negativos em 20.585,72, por via duma redução dos subsídios à exploração (Contribuições do Estado) no valor de 18.102,37€ e um aumento dos juros suportados pela dívida no valor de 18.284,88€.

A instituição apresenta uma situação financeira difícil, com uma aumento do valor em dívida com os fornecedores no valor de 20.771,95€, e uma aumento das dividas para com pessoal e Estado (IRS – Retenção na Fonte e Segurança Social) no valor de 114.602,14€.

Os resultados Operacionais continuam positivos pelo que o Conselho Fiscal emite perante esta Assembleia Geral um parecer favorável sobre o relatório de contas apresentado, confirmando que este reflete a realidade contabilística da Instituição.

Abela, 25 de março de 2024

O Conselho Fiscal



Alexandra Ventura

ACTA Nº 161

---Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas minutos reuniram-se, em segunda sessão, por não se encontrarem presentes a maioria dos sócios para a primeira sessão marcada para as dezassete horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Centro de Dia da Casa do Povo de Abela, os sócios em Assembleia Geral Ordinária, da Casa do Povo de Abela pessoa coletiva número 500919887, com sede na Rua Dr. Francisco N10 em Abela, inscrita na conservatória do registo comercial de Santiago do Cacém, conforme convocatória da sua presidente a senhora Elina Alexandra Sabina Costa Pereira, datada de doze de março de dois mil e vinte e quatro.-----

---Aberta a sessão pela senhora presidente da Mesa, a senhora Elina Alexandra Sabina Costa Pereira, tendo como secretários o Sr. João Manuel Nunes Pereira e a D. Eugénia de Jesus Mira da Costa Guerreiro, foi lida a referida convocatória com a seguinte ordem de trabalhos:

---1º Apreciação e votação do relatório e contas do exercício de 2023;-----

---2º Apresentação e votação do orçamento de 2024;-----

---3º Outros assuntos de interesse para a Instituição.-----

A presidente da mesa tomou a palavra, depois de lida a convocatória, abriu a sessão e passou a palavra ao senhor presidente da direcção.-----

---Iniciando a ordem de trabalhos o presidente da Direcção passou a apresentar as contas de 2023 que apresentam um resultado líquido negativo de 20.585,72€ (Vinte mil quinhentos e oitenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos) o que representa uma melhoria substancial com referência ao resultado obtido no exercício de 2022. Foi ainda explicado que a situação financeira da instituição se agravou nas rubricas de dívidas aos fornecedores e ao Estado com o avolumar de contribuições em dívida. O senhor presidente da Direcção realçou ainda que o resultado operacional é positivo, o que traduz o equilíbrio que se conseguiu colocar na gestão da Instituição, sendo que os gastos financeiros (que aumentaram em cerca de 40%) se tornam o factor de desequilíbrio de tesouraria. De seguida, o presidente do Conselho Fiscal, o senhor Flávio Ruben Jesus Gomes Almeida procedeu à leitura do parecer do Conselho Fiscal em que emite um parecer favorável ao relatório de contas apresentado. De seguida a presidente da Mesa abriu aos sócios a possibilidade de apresentar questões ou dúvidas, mas sem que tenha existido qualquer intervenção dos mesmos. Foi assim colocado à votação o primeiro ponto da ordem de trabalhos, o relatório de contas de 2023, tendo sido

o mesmo aprovado por maioria com o voto por abstenção do sócio Manuel Maria Martinho, que por ter entrado com algum atraso na sessão não acompanhou na totalidade a discussão dos números pelo que optava por isso pela abstenção.-----

---Passando-se de seguida ao ponto dois da ordem de trabalhos, tomou novamente a palavra o senhor presidente da Direcção para explicar aos sócios o orçamento para 2024, sendo que o mesmo apresenta um total de rendimentos previstos de 1.313.000,00€ (um milhão e trezentos e treze mil euros) e um total de gastos do período de 1.312.400,00€ (um milhão, trezentos e doze mil e quatrocentos euros) estando assim previsto no orçamento um resultado líquido do período no valor de 600,00€ (seiscentos euros). Exposto o orçamento à assembleia e sem que houvessem questões por parte dos sócios, pôs a presidente da mesa o orçamento à votação, sendo o mesmo tendo sido aprovado por unanimidade.-----

---Entrou-se então no último ponto da ordem de trabalhos, em que a presidente da Direcção atribuiu a palavra aos sócios, não tendo havido no entanto intervenções, pelo que o senhor presidente da Direcção aproveitou para informar os sócios das próximas atividades previstas.-----

---Nada mais havendo a discutir no último ponto da ordem de trabalhos, a senhora presidente da mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença dos sócios e encerrou-se a reunião pelas dezanove horas e trinta minutos sendo elaborada esta ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral. -----